

Entre o PKK e Bruxelas

Publicação: [O Mundo em Português Nº59](#)

Data de Publicação: Agosto/Setembro de 2005

Autor: André Barrinha

Adormecido desde 1999, o conflito entre o Estado turco e o Partido de Trabalhadores do Curdistão (PKK) reacendeu-se nos últimos meses, tendo já provocado várias dezenas de mortos. Isto, na mesma altura em que decorre o processo de adesão da Turquia à União Europeia, entretanto perturbado pelas consequências dos referendos holandeses e francêses...

Nunca são ataques, nem respostas que provoquem muitas vítimas de uma só vez, mas a reprodução consecutiva das mesmas acções origina resultados significativos. Desde o recrudescimento das hostilidades, em Março, já morreram mais de 50 pessoas, entre civis, militares e elementos do PKK. Em Junho de 2004, este movimento terminou com o cessar-fogo unilateral estabelecido após a prisão do seu líder, Abdullah Öcalan, em 1999. O PKK justificou-se alegando que as medidas tomadas por Ancara em relação aos direitos dos curdos têm sido claramente insuficientes, afirmando-se, uma vez mais, como o porta-voz dos interesses da minoria curda, quando tal está longe da realidade. Com efeito, o PKK é um movimento pouco claro ao nível da ideologia (misturando marxismo com nacionalismo) e dos objectivos (por vezes defendem a autonomia, outras, a independência). No passado mês de Junho, centenas de intelectuais curdos juntaram-se para apelar publicamente ao fim do conflito. Entre os apoiantes deste movimento encontravam-se Tuncer Bakirhan, o líder do partido político mais próximo do PKK, o Partido Popular Democrático (DEHAP) e Osman Baydemir, presidente da Câmara de Dyarbakir, também ele membro do DEHAP. Este gesto é uma clara indicação de que o ressurgimento da violência por parte do PKK não é minimamente consensual entre os líderes do movimento curdo.

Os curdos na Turquia correspondem a cerca de 20% da população, habitando a maioria no economicamente desfavorecido sudeste do país. No entanto, existe uma relativa ascensão social dos curdos, até mesmo no sistema político turco, com vários cargos de relevo a serem ocupados por pessoas de origem curda, que individualmente escolheram abdicar da sua especificidade curda, integrando-se plenamente como turcos a viver no

seu país. Mas isso não corresponde ao padrão dominante, o que cria um efectivo problema curdo na Turquia, cujas raízes remontam à criação do próprio Estado turco. Actualmente, o problema curdo é multifacetado, mas tem na ausência de condições sócio-económicas do sudeste turco, na ausência de direitos culturais e na impossibilidade de representação política, enquanto minoria étnica, as suas principais dimensões.

O PKK, criado nos anos 70 num contexto de polarização social na Turquia, conjugou essas reivindicações com uma retórica marxista, elevando a questão ao nível da conflitualidade violenta, no início da década de 80. Com o apoio directo da diáspora curda e de países vizinhos da Turquia, com claro destaque para a Síria, desencadeou uma guerra civil no sudeste turco que levou à morte de cerca de 37 mil pessoas e à deslocação de outras centenas de milhar. Após a prisão de Abdullah Öcalan, os confrontos entre as forças militares e de segurança turcas e elementos do PKK mantiveram-se a um nível extremamente baixo, mas praticamente ininterrupto.

O retomar oficial e de forma mais intensa da conflitualidade, vem trazer diversos problemas à Turquia. Desde logo, porque o próprio PKK já fez saber que pretende recorrer a atentados terroristas, o que parece ser mais do que uma simples ameaça, tendo em conta que vários membros da organização foram presos em Istambul, no mês de Junho, quando planeavam um ataque nessa cidade. A transferência do conflito para as cidades do Ocidente da Turquia poderá ter consequências desastrosas para o processo de democratização do país, podendo eventualmente levar à imposição de medidas de excepção.

Por outro lado, há a possibilidade de o conflito escalar para níveis tão elevados como no passado, devido à questão Öcalan. No dia 13 de Maio, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou que o julgamento do líder do PKK não foi nem justo, nem independente, exigindo de Ancara a sua repetição. Este facto vem trazer para a praça pública uma questão que se julgava resolvida, podendo vir a ser um exacerbador de nacionalismos de ambos os lados. Até porque as autoridades turcas afirmam que para o julgamento ser repetido é necessário que Öcalan o solicite, algo que este recusa, pois pretende ser julgado fora da alçada da justiça turca.

Mas a principal consequência, para a Turquia, do reacendimento das hostilidades, situa-se ao nível do relacionamento com Bruxelas. A questão curda foi sempre um problema entre a Turquia e a UE, devido às significativas violações dos direitos humanos levadas a cabo pelas forças turcas no sudeste do país, durante a guerra civil. Milhares de pessoas foram obrigadas a sair das suas aldeias, concentrando-se nas cidades, de

forma a retirar ao PKK o habitat natural da maior parte das guerrilhas – o meio rural. Para além disso, foi estabelecido o estado de emergência em praticamente todas as províncias da região, dando poderes excepcionais aos seus governadores. Por fim e como forma de auxílio às tropas de Ancara, foram criados os guardas das vilas, milícias locais armadas, cujo comportamento se situava frequentemente à margem da lei. Face a este cenário, Bruxelas, apesar de apoiar os esforços da Turquia na luta contra o PKK, tem criticado fortemente a sua atitude face ao problema curdo, não obstante as melhorias expressas nos cada vez mais favoráveis relatórios de acompanhamento da Comissão Europeia. O reacender do conflito levou, contudo, ao igual reacender das críticas por parte da UE, para quem a Turquia tem de encontrar uma forma de resolver o conflito sem ser somente pela via militar.

Isto quando se aproxima o dia 3 de Outubro, data marcada para o início das negociações de adesão e no preciso momento em que Bruxelas vive o rescaldo dos referendos em França e na Holanda, onde a possível adesão foi tema de campanha dos opositores à Constituição. Chirac e Schröder, incapazes de fazer funcionar o habitual motor da UE, caminham para o abismo político e como sucessores terão, provavelmente, Nicolas Sarkozy e Angela Merkel, também eles nada favoráveis à entrada da Turquia para a UE.

Em conjunto, todas estas questões geram um enorme problema para Ancara. Até aqui, as significativas reformas que têm vindo a ser postas em prática na Turquia e o progressivo desmantelamento de uma estrutura de governação pouco respeitadora dos direitos humanos dos habitantes do sudeste do país, foram feitas num clima de estabilidade política interna (devido à maioria do Partido da Justiça e do Desenvolvimento) de uma paz relativa no sudeste do país e de um relacionamento positivo com Bruxelas, que culminou na marcação da data para a abertura das negociações de adesão. No contexto actual, só a maioria parlamentar dos democratas-muçulmanos se mantém. Sem paz e sem Bruxelas, conseguirá o governo de Erdogan continuar a guiar a Turquia rumo ao Ocidente?